

DIREITOS HUMANOS Países em desenvolvimento querem utilizar conferência da organização sobre racismo para exigir reparação

ONU discutirá indenização por escravidão

DA REDAÇÃO

Países em desenvolvimento africanos e asiáticos pretendem utilizar a conferência da ONU sobre racismo, que será realizada em Durban, na África do Sul, de 31 de agosto a 7 de setembro deste ano, para exigir que os EUA, alguns países europeus, o Japão e até o Brasil paguem reparação financeira pela escravidão, pelo tráfico de seres humanos e por outras injustiças do passado.

Na prática, no entanto, essa exigência de pagamento de indenização está longe de ser aceita pelas antigas metrópoles coloniais ou pelas colônias que fizeram uso de mão-de-obra escrava. Além disso, de um ponto de vista jurídico, vários fatos têm de ser esclarecidos antes que qualquer demanda de reparação possa ser feita.

A questão do pagamento de indenização pela escravidão foi levantada pela primeira vez nos anos 80. Porém só ganhou força em 1999, quando uma comissão africana sobre o tema adotou a Declaração de Acra (capital de Gana), na qual países africanos exigem o pagamento de US\$ 777 bilhões pelo tráfico negreiro.

Segundo essa declaração, a reparação deve ser paga por "todos os países e pelas instituições da Europa Ocidental e das Américas que participaram do comércio de escravos e do colonialismo e que deles tiraram proveito".

Essa exigência envolve algumas perguntas cruciais. De que forma os africanos e os asiáticos foram afetados pela escravidão? Quem deve ser responsável pelo pagamento da indenização? Que tipo de pesquisa histórica deve ser feito para determinar o que ocorreu durante os mais de três séculos de tráfico de seres humanos? Como pode ser medida a compensação pela destruição de civilizações? Quem tem o direito de receber o pagamento da reparação?

E, acima de tudo isso, a reparação financeira seria a única forma possível de compensação pelos erros cometidos por potências coloniais no passado? A Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas ainda não trata diretamente do assunto, pois, segundo uma funcionária da entidade que não quis se identificar, ela tem de receber um mandato da ONU para poder fazê-lo.

Contudo, em reuniões preparatórias para a conferência de Durban, o assunto já foi discutido. De acordo com o diplomata brasileiro Frederico Meyer, que trata do assunto em Genebra, a questão da indenização pela escravidão tem gerado controvérsia e dividido os países que participarão da cúpula sobre racismo.

"Houve quatro reuniões preparatórias regionais sobre racismo. Cada uma delas produziu uma declaração, e as quatro deveriam fundir-se num texto final: a Declaração de Durban. Porém essas declarações concentraram-se demais nos interesses regionais, o que tem dificultado nosso trabalho agora, já que as posições de cada continente são muito distintas", explicou Meyer à Folha.

Caixa de Pandora

O debate acalorado sobre a escravidão e o comércio de seres humanos corre o risco de abrir uma caixa de Pandora. Afinal, desde a Antiguidade, civilizações poderosas escravizaram pessoas oriundas de lugares que dominavam. Até mesmo na tão decantada democracia ateniense havia trabalho escravo.

Assim, a real importância dessa discussão é que ela reflete as frustrações de países menos abastados em relação a Estados mais ricos por causa da defasagem de seus estágios de desenvolvimento e de um sistema globalizado que perpetua e agrava o problema.

Para o senegalês Doudou Diène, diretor do projeto A Rota do Escravo, um estudo encomendado à Unesco pela Comissão de Direitos Humanos para esclarecer os fatos que estiveram por trás de três séculos de tráfico negreiro, a questão da indenização financeira é secundária. Para a Unesco, antes que ela seja discutida, é necessário que haja reparação moral ou ética e reparação histórico-científica.

"A reparação moral ou ética é a base para qualquer outro esforço. Queremos que o tráfico de seres humanos seja reconhecido como

crime contra a humanidade pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Pleiteamos a admissão da tragédia e do crime por toda a comunidade internacional", esclareceu Diène, de Paris.

O Parlamento francês classificou, na última quinta-feira, a escravidão e o tráfico negreiro como crimes contra a humanidade. O presidente Jacques Chirac já defendia essa tese desde 1994.

O projeto coordenado por Diène tem como objetivo possibilitar a reparação histórico-científica para os africanos. Ele tem como mandato pesquisar arquivos históricos sobre o tráfico negreiro, torná-los acessíveis para acadêmicos e mobilizar a comunidade internacional no sentido de determinar as circunstâncias, as causas e as modalidades do comércio de escravos africanos.

Seu objetivo é o de "colocar em todos os livros de história do mundo" o resultado dessas pesquisas objetivas, aprofundadas e cientificamente enquadradas. "A reparação histórica também é fundamental", afirmou Diène.

Afinal, não se pode falar de indenização financeira sem que haja um dossiê de acusação claro e bem estruturado, que só pode ser feito após o esclarecimento de todos os fatores envolvidos no fenômeno da escravidão. Sem ele, as questões levantadas acima jamais poderão ser respondidas.

"Não podemos determinar o valor de uma eventual reparação financeira nem quem teria direito a ela antes que as pesquisas históricas e científicas para estabelecer o que realmente aconteceu durante os séculos de tráfico negreiro estejam terminadas. Esse trabalho, pelo qual sou responsável, ainda vai demorar no mínimo cinco anos", explicou Diène.

Objeto de discórdia

Contudo, mesmo que todos os fatos sejam esclarecidos apesar da dificuldade em encontrar documentos sobre uma prática que teve início há séculos, o pagamento de indenização a Estados africanos e asiáticos ainda será objeto de discórdia.

"A escravidão foi terrível, mas os EUA pagaram por ela e purgaram seus pecados durante a Guerra da Secessão (1861-1865), um conflito que causou mais de 600 mil mortes e pôs fim à escravidão há 135 anos", disse Robert W. Traciński, editorialista da publicação "Capitalism Magazine".

Além disso, alguns historiadores aventam a tese de que os escravos africanos eram vendidos aos brancos por líderes de tribos rivais. Sendo assim, os países africanos não teriam direito à reparação financeira, pois teriam participado do tráfico negreiro.

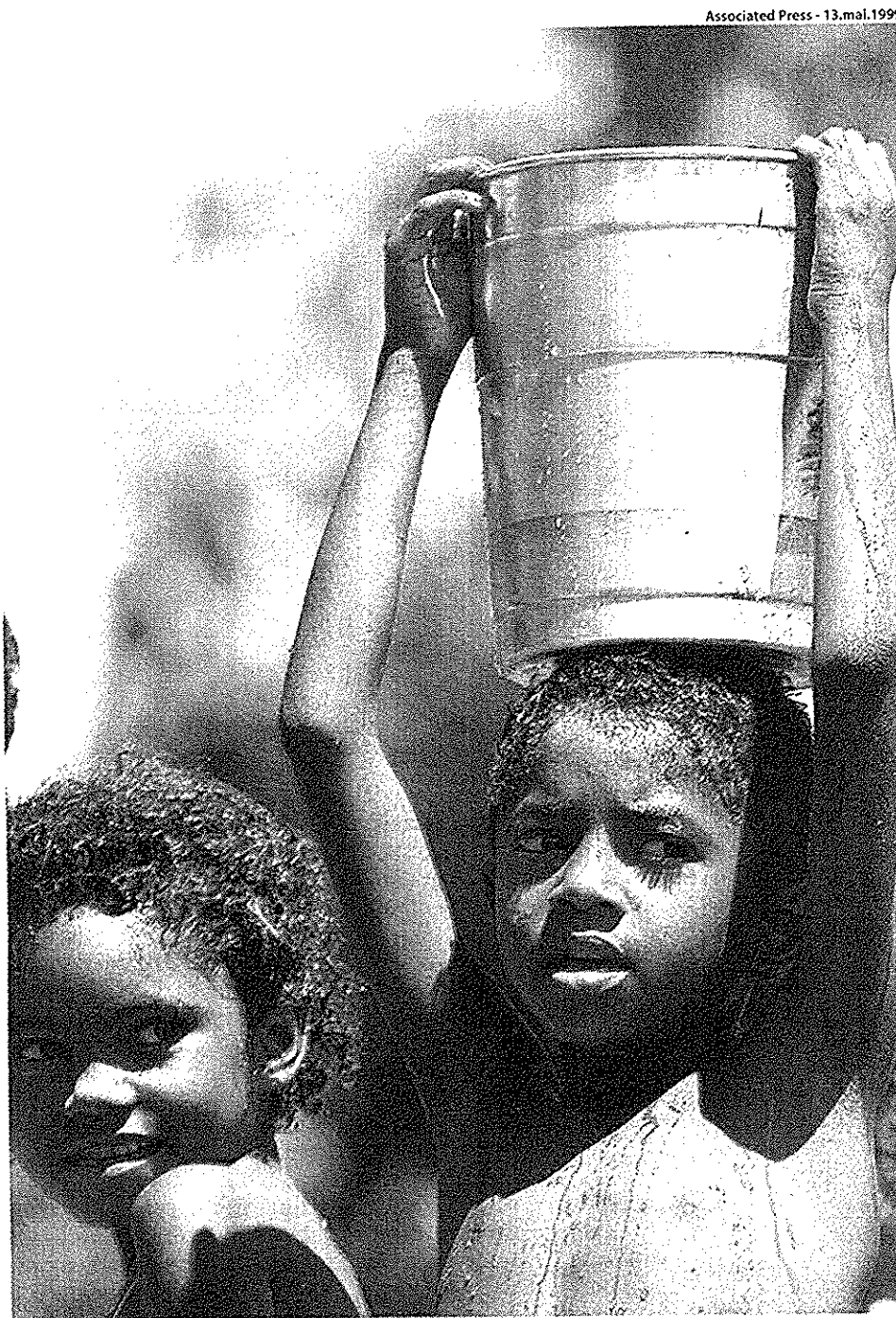
"É verdade que uma parte da responsabilidade recai sobre os sistemas feudais africanos, pois a escravidão tradicional sempre existiu no continente. Entretanto trata-se de uma culpa secundária. Os africanos foram cúmplices, não agentes desse crime. O tráfico negreiro foi criado e implantado pelos brancos europeus. Quem foi responsável pelos horrores do Holocausto, os nazistas ou os poucos judeus que colaboraram com eles?", sustentou Diène.

Para ele, uma das formas mais importantes de reparação passa pelo reconhecimento internacional de que o tráfico negreiro é uma das principais causas do subdesenvolvimento da África, pois "os cerca de 100 milhões de pessoas que foram retiradas do continente eram fortes e saudáveis, o que desestruturou totalmente os países em que viviam e minou sua capacidade produtiva".

Ora, para a África, ante a complexidade prática da causa defendida por aqueles que exigem indenização financeira, talvez o perdão da dívida externa dos países africanos seja uma forma de reparação que, além de moral, é factível. Falta ainda pensar no que pode ser feito para compensar os erros cometidos por potências coloniais na Ásia.

Isso se o túnel do tempo não nos remeter à Grécia antiga, pois os moradores da ilha de Melos, baseados nos relatos de Tucídides sobre a Guerra do Peloponeso, poderiam exigir de Atenas reparação financeira por terem sido vítimas do que chamamos hoje de crimes contra a humanidade.

(MÁRCIO SENNE DE MORAES)



Criança leva balde de água na cidade de Trombetas (Pará), um dos maiores quilombos da região

COMENTÁRIO

A globalização do ressentimento

MARILENE FELINTO
ARTICULISTA DA FOLHA

Hora de passar o pires, de sair por aí exigindo de cada padeiro português que ele nos dê o pão grátis, porque ele tem para conosco uma dívida histórica de exploração, de escravidão.

Se é verdade que as nações em desenvolvimento pretendem transformar "reparação" e "indenização" nas palavras-chaves do fórum da ONU sobre racismo, a ser realizado este ano na África do Sul, o espetáculo será mesmo imperdível.

No caso brasileiro, a imagem mental que o senso comum vai logo criar é essa de acertar as contas com a ex-Coroa, de trazer de volta o nosso ouro. De fato, parece que os alvos principais das exigências de compensação são a Europa, os Estados Unidos e o Japão — o conhecido embate entre os hemisférios Norte e Sul, entre metrópoles e ex-colônias.

Os povos do Sul — índios, negros, indianos, aborígenes australianos e seus descendentes — devem pensar assim: se os judeus podem, por que nós não podemos? Pedem a mesma indenização, moral e financeira, que os judeus já conseguiram de seus algozes europeus, a Alemanha no início da fila.

Nada disso é novidade. Já não é de hoje que o europeu, outrora herói da conquista das Américas, tornou-se o seu demônio; e que as vítimas, que não podem ser trazidas de volta à vida, são canonizadas.

O debate sobre a necessidade de reparação pelos erros do passado, pela injustiça da escravidão — segundo Boris Fausto, estima-se que entraram só pelos portos brasileiros 4 milhões de escravos africanos entre 1550 e 1855 —, pela segregação ditada em lei, como aconteceu nos Estados Unidos até os anos 60 ou na África do Sul do apartheid, não é assunto novo.

A novidade agora parece ser a globalização da exigência, sua apresentação em bloco num congresso da Organização das Nações Unidas.

Considerando que os modelos de cobrança judeu e "afro-americano" não se aplicam a contextos étnicos mais complexos como o brasileiro, ou a fatos históricos perdidos no tempo como a matança dos índios sul-americanos pelos espanhóis (fatos não tão frescos na memória como a Segunda Guerra), o que se vai assis-

tir é, de certo modo, à globalização do ressentimento.

Li outro dia, em algum lugar, essa ideia de que a globalização — as áreas de livre comércio, as "uniões europeias" —, ao favorecer o deslocamento desordenado de mercadorias e produtos, só serve para espalhar vírus mundo afora, de um continente para outro, de um país para outro, da vaca louca à febre aftosa. Os ressentimentos estariam passando pela mesma espécie de contaminação.

É claro que o fórum internacional sobre racismo não vai chegar a esse extremismo de identificar quem é quem no acerto de contas: quem paga, quem recebe. No Brasil, a tarefa seria inútil: como distinguir, aqui, quem é branco puro de quem é negro puro? E a imensa maioria de miscigenados? E os índios? Também teriam direito à indenização? Não é todo mundo aqui, em parte, português?

É claro que o fórum não vai cair nesse debate estéril. Se caísse, teria ainda de definir e classificar cada crime de escravidão ou de racismo de acordo com cada cenário específico.

Há quem lamente não ter existido no Brasil uma segregação mais "hard core" ("barra pesada"), à la americana, à la apartheid — assim a discriminação se daria às claras, sem máscaras, e os negros preservariam sua cultura, sua raça, e se manteriam unidos, solidários, sem se dispersarem em gradações de mulatos ou morenos.

Os adeptos dessa teoria consideram que o racismo brasileiro, "assimilacionista" — fundado na miscigenação, afinal aqui, como observa Darcy Ribeiro, a mestiçagem nunca foi punida, mas louvada, as uniões inter-raciais nunca foram tidas como crime nem pecado —, disfarça e mascara a discriminação.

Os adeptos dessa teoria certamente endossam a globalização do ressentimento e estarão dispostos a adotar qualquer modelo de reparação (do indenizatório judeu ao "afro-americano" da ação afirmativa, das cotas), contando que funcione.

No caso brasileiro, essa postura é um equívoco ridículo. É nela, aliás, que se baseia a tendência majoritária do chamado "movimento negro brasileiro", um agrupamento de lumpem-radicais que não consegue convencer ou comover nem mesmo os negros, o alvo de sua doutrinação.

O apelo da miscigenação é mais forte e muda as coisas para me-

lhor — bom mesmo é ser brasileiro e miscigenado.

Quaisquer que sejam as conclusões tiradas do fórum da ONU sobre racismo, a mensagem principal estará dada: as periferias guardam séculos de raiva acumulada, dos subúrbios de Washington, nos Estados Unidos, às favelas brasileiras — e é na periferia que estão os negros, sinônimos de pobres.

Um negro ou um mulato nascidos no Brasil, que trabalharam e trabalham de sol a sol na labuta sem trégua de construir um país, sempre valeram menos do que um estrangeiro branco que tenha se instalado aqui, comprado terras, virado colarinho branco que a tudo e a todos compra do alto de seu status social.

Herança da Lei de Terras, criada duas semanas após o fim da escravidão, para assegurar que as terras do governo não fossem mais doadas, mas sim compradas, protegendo-as dos imigrantes estrangeiros que viriam, então, "substituir" a mão-de-obra escrava.

Aqui a história não está na cor da pele: está na propriedade. É preciso distribuir terras e renda — é preciso tomar a terra e a riqueza a que os negros, mulatos, índios e pobres têm direito histórico. É preciso educar, aplicar injeções de ciência, de conhecimento, de esclarecimento — dos livros escolares à cabeça dos donos da mídia, é preciso repetir sem parar o que os contadores do genoma humano já demonstraram: que apenas uma vírgula genética diferencia um homem branco de um homem negro; de resto, mais semelhantes entre si do que dois brancos entre eles.

O Brasil só não é uma democracia racial porque não é uma democracia social. Como dizia Darcy Ribeiro, "a luta mais árdua do negro africano e de seus descendentes brasileiros foi, e ainda é, a conquista de um lugar e de um papel de participante legítimo na sociedade nacional. As atuais classes dominantes brasileiras, feitas de filhos e netos dos antigos senhores de escravos, guardam, diante do negro, a mesma atitude de desprezo vil. Todos eles são tidos consensualmente como culpados de suas próprias desgraças, explicadas como características da raça e não como resultado da escravidão e da opressão. A nação brasileira comandada por gente dessa mentalidade nunca fez nada pela massa negra que a construiu."

Brasil defende compensação não-financeira

DA REDAÇÃO

O Brasil crê que os descendentes de escravos que aqui vivem tenham direito à reparação, porém, de acordo com o diplomata Frederico Meyer — que se ocupa do tema na missão brasileira em Genebra —, trata-se de uma "indenização diferente", não-financeira e endógena.

Ou seja, Brasília defende a implementação de políticas nacionais que favoreçam as comunidades em que vivem descendentes de escravos.

"O Brasil defende uma postura positiva na qual políticas nacionais visem a compensar o erro histórico que constituiu a escravidão. Em princípio, no entanto, o país não quer criar um sistema de cotas, pois ele gera uma forma de racismo inverso", explicou Meyer à Folha, de Genebra.

Assim, diferentemente da ação afirmativa norte-americana, que prevê o estabelecimento de cotas e metas concretas que favoreçam minorias raciais, Brasília pretende privilegiar políticas públicas específicas, que ataquem problemas que atinjam os negros.

"Um exemplo desse tipo de política seria, na área da saúde, o estabelecimento de um programa de combate à anemia falciforme, que é um problema específico da comunidade negra (doença hereditária de incidência quase exclusiva em negros e seus descendentes)", afirmou Alexandre Porto, funcionário da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça.

Brasília já reconhece que a "democracia racial brasileira" não passa de um mito. "Em 1996, num relatório enviado à Comissão para Eliminação da Discriminação Racial da ONU, o presidente Fernando Henrique Cardoso admitiu oficialmente a existência de racismo no país", esclareceu Porto.

Sociedade civil

A política brasileira pretende envolver a sociedade civil no debate e, mais do que isso, dar a ela a possibilidade de participar ativamente do esforço de reparação aos afrodescendentes.

"Por exemplo, uma organização não-governamental, como a Fundação Palmares, que é reconhecidamente séria, poderia receber uma verba do Itamaraty para ajudar a preparar candidatos negros para o concurso do Instituto Rio Branco (que forma os diplomatas brasileiros)", sugeriu Meyer.

O governo brasileiro também é favorável à reparação histórico-científica no que concerne à escravidão e ao tráfico negreiro.

Na reunião preparatória de Santiago para a cúpula de Durban (África do Sul), que reuniu países do continente americano e ocorreu em dezembro passado, o Brasil propôs a realização de uma revisão de textos didáticos e currículos universitários para evitar referências que possam ser consideradas de cunho racista ou que não reflitam a realidade do que foi o período escravagista de nossa história.

Resta, portanto, torcer para que a retórica oficial se aproxime da realidade. O geógrafo Milton Santos, professor emérito da Universidade de São Paulo e figura de ponta da comunidade negra brasileira, mostrou-se cético. "A política oficial do Brasil no que diz respeito aos negros é de uma grande hipocrisia, pois não vejo nada acontecer na prática", declarou Santos. (MSM)